

APESP EM MOVIMENTO

Boletim Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo - APESP - Nº 78 - 10.06.2008

Via Legis

Com nova diretoria, Apesp dinamiza luta nas instâncias legislativas

No último dia 3 de junho, o diretor de Assuntos Parlamentares da **Apesp**, Caio Augusto Limongi Gasparini, foi recebido pelo Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa de SP para tratar de projetos de interesse da PGE. A iniciativa, aparentemente simples, demandou um bom trabalho para ser efetivada. O acesso ao Colégio de Líderes – reunião semanal entre as lideranças partidárias com o presidente da Alesp, Vaz de Lima (PSDB) – é restrito e, para ter a oportunidade de participar, Caio foi indicado pelo deputado Campos Machado (PTB).

O encontro, no entanto, foi definitivamente compensador: Caio pôde tratar de questões atinentes à PGE, presentes no Projeto de Lei Complementar nº 12/2008, de autoria do governador, que cria cargos de servidores na Defensoria Pública de SP; emendas à LDO, favoráveis à Procuradoria, de autoria do deputado Fernando Capez (PSDB); e do veto parcial ao Programa de Parcelamento de Débitos, no concernente à emenda que reestabeleceu os honorários advocatícios a 10%. Referente ao PLC nº 12/2008, a **Apesp** buscava reverter a extinção de 18 cargos de servidores da PGE e pleiteava a não prorrogação do afastamento de funcionários à Defensoria Pública. Aprovado na sessão plenária do mesmo dia, o PLC não extinguiu os cargos, todavia prorrogou a cessão de funcionários.

A reunião no Colégio de Líderes configura apenas uma dentre as diversas atividades da diretoria de Assuntos Parlamentares. Criada em 7/12/2007, após deliberação em AGE, a nova diretoria foi implementada em 1º/04/2008, com a posse da atual gestão. Desde então, iniciou-se uma etapa de intensa mobilização e acompanhamento dos projetos e assuntos de interesse da PGE, em tramitação na “casa” de leis paulista. “Para sermos reconhecidos, precisamos ser primeiramente conhecidos”, afirma Caio Augusto. Leia abaixo entrevista na íntegra:

Apesp em Movimento – Qual o principal resultado decorrente da participação no Colégio de Líderes da ALESP?

Caio Augusto – Acredito que, sem prejuízo da apresentação de nossas expectativas em relação às proposituras em debate, a presença na reunião foi importante porque, a pretexto de discorrer sobre o programa de parcelamento de débitos (PPD), tive a oportunidade de explicar rapidamente nossa sistemática remuneratória e como a redução dos honorários advocatícios, em qualquer caso, é sempre um verdadeiro desserviço, pois

simplesmente retira recursos que compõem os nossos vencimentos e que não oneram em absoluto o erário.

ApMov – A atuação perante os órgãos legislativos – no âmbito federal e estadual – é fundamental para que os pleitos da carreira sejam alcançados e para que a PGE se fortaleça institucionalmente?

Caio Augusto: Não deixa de ser um truísmo, mas a verdade é que, se nos submetemos ao Estado Democrático de Direito, é inviável trabalhar o desenvolvimento da carreira desconsiderando a interferência da atividade parlamentar. E, no contexto político-administrativo em que se situa a PGE, revela-se de primeira importância o trânsito adequado perante a Assembleia Legislativa de SP. É nesta instância, e só nesta, que as iniciativas que versam direta e especificamente sobre nossa carreira são tratadas.

ApMov – E as lutas na esfera federal?

Caio Augusto – A atividade parlamentar em âmbito federal não pode ser deixada de lado. Se as questões da PGE são tratadas em âmbito estadual, as questões maiores, que dizem respeito à advocacia pública como um todo, lá encontram seu cenário. Porém, para que não se atue de forma incoerente, é necessário reconhecer que a **Apesp** só ganha força naquele ambiente quando age em conjunto com outras entidades, sejam elas representativas de carreiras jurídicas paulistas, municipais, federais ou de outros estados.



ApMov – Qual a estratégia de ação?

Caio Augusto – A Apesp, nesse primeiro momento, sem prejuízo do acompanhamento dos projetos de interesse da PGE, preocupa-se em fazer com que os deputados estaduais paulistas conheçam a PGE e reconheçam sua atuação. Nas primeiras visitas, realizadas já no último mês de abril, era muito comum a confusão que se fazia entre a nossa carreira e a Defensoria Pública, equívoco que, aparentemente, começa a ser resolvido. Espera-se que rapidamente a consciência sobre a importância de nosso papel na vida do estado de São Paulo fique mais clara também. O espírito dessa atividade não implica o descuido com questões mais práticas e urgentes, tanto que já houve atividades destinadas à adequação de projetos da carreira, mediante o convencimento dos deputados em apresentar – e, posteriormente, aprovar – emendas que nos socorrem. E mesmo as propostas que tramitam no Congresso Nacional são acompanhadas, valendo o registro da reunião com o deputado federal Régis de Oliveira, autor de proposta de emenda constitucional que pretende autorizar as carreiras do MP e da Magistratura a perceberem vantagens pessoais por tempo de serviço em montante equivalente a até 35% do valor dos respectivos subsídios.

ApMov – Além dos projetos abordados durante a reunião do Colégio de Líderes, quais propostas serão acompanhadas?

Caio Augusto – O PLC 33/2006, que estabelece a defesa dos agentes públicos pela PGE, e o PLC 40/2002, que cria a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares. Reputo este último como o grande projeto de interesse da PGE, em tramitação na Alesp. Além disso, vamos acompanhar a tramitação do projeto de reestruturação da carreira, que ainda será apresentado ao governador, pelo procurador-geral, e posteriormente remetido à Assembléia.

ApMov – Qual a avaliação do trabalho desenvolvido até o momento?

Caio Augusto – Por ser um trabalho relativamente novo, principalmente se for considerada a exclusividade das funções da Diretoria, é natural que dificuldades de monta sejam enfrentadas, e que a recompensa por meio da obtenção de resultados efetivos ainda demore. Mas a perspectiva de nos tornarmos uma carreira – não apenas uma Instituição – conhecida e reconhecida é bastante animadora.

Convênio Cinemark

Com o convênio firmado entre a Apesp e a rede cinemas Cinemark, o associado tem o benefício de adquirir ingressos a R\$ 9,00 (exceto no Shopping Iguatemi/SP). Atenção! Acesse a seção Convênios do site da Apesp (www.apesp.org.br) para conhecer todos os benefícios concedidos aos associados, em variada gama de serviços e produtos! Acesse agora!

Holerite da Verba Honorária

Os associados aposentados que desejarem receber o holerite mensal da verba honorária, por correio, devem entrar em contato com **Fernanda**, no telefone (11) 3293-0800, para maiores informações.

ESTMAGNA CORRETORA DE SEGUROS

A Est Magna é uma empresa jovem, que se destaca no mercado de seguros pela criatividade e profissionalismo e uma visão estratégica que vem conquistando resultados excepcionais. A evolução da Est Magna deve-se em grande parte a uma equipe de profissionais com grande experiência no mercado, comprometida em criar soluções com flexibilidade e adequadas as necessidades de nossos clientes. Uma parceria de agilidade, confiança e respeito. Uma empresa que é fiel a um único compromisso: oferecer seguros inteligentes, flexíveis e eficazes para clientes especiais.

SEGURO DE VIDA

É um seguro que garante ao segurado tranquilidade, para si e sua família, pois apresenta coberturas que previnem todos os acontecimentos futuros certos ou incertos aos quais estamos sujeitos em nossa vida diária. Veja agora um exemplo e verifique o baixo custo deste benefício.

Para pessoas com até 35 anos

| | |
|------------------------------|----------------|
| Morte Natural | R\$ 50.000,00 |
| Morte Acidental | R\$ 100.000,00 |
| Invalidez por Acidente | R\$ 50.000,00 |
| Invalidez por Doença | R\$ 50.000,00 |

* Custo individual >>> R\$ 23,65

Av. Campista, nº 1325 (antigo 70) - Vila Rosália - Guarulhos - São Paulo CEP 07072-010. Tel.:(11) 6455-6900

Anape empossa nova diretoria

No pleito realizado em 16 de maio, Ronald Christian Alves Bicca foi reconduzido ao cargo de presidente da Anape, que exerce desde 2006. A posse ocorreu em Brasília, em 12 de junho. Conheça a nova diretoria e as estratégias da Associação para defender os interesses dos procuradores de Estado:

ApMov – Qual as principais lutas que os procuradores de Estado precisarão encampar nos próximos anos?

Ronald Bicca – Aprovação da autonomia institucional das PGEs e das garantias e prerrogativas para o exercício do cargo, inclusive com a implementação em todo o Brasil do tratamento vencimental do art. 37 XI da Constituição Federal. Essas são nossas prioridades, pois sem estas garantias é impossível se fazer um efetivo controle da legalidade dos atos da administração e uma representação judicial eficiente.

ApMov – Qual a estratégia da nova diretoria da Anape para alcançar tais resultados?

Ronald Bicca – Buscar uma conscientização da classe de que é impossível alcançar tais resultados sem uma Associação Nacional forte, pois as principais mudanças terão que ser feitas na Constituição e precisamos dos parlamentares de todos os Estados. Na última gestão, viajei por todo o Brasil e em muitos lugares as conquistas coletivas vêm sendo tratadas como de indivíduos. Isto não é bom para os procuradores que ficam com a impressão que somente estar filiado à associação estadual é suficiente. O mais hilário é que em dois Estados a mesma história é contada, mas somente os protagonistas são trocados! Isto já está sendo superado pela informação constante.

ApMov – Na esfera federal, como Apesp e Anape podem caminhar juntas em prol da dignidade da advocacia pública?

Ronald Bicca – A Apesp e a Anape caminham juntas. As associações estaduais são filiadas à Anape e o Conselho Deliberativo da entidade é composto pelos presidentes estaduais. No caso, o presidente da Apesp, Ivan Duarte de Castro Martins, faz parte do Conselho Deliberativo e ainda o 2º Vice-Presidente da Anape é o ex-presidente e atual membro do Conselho Assessor da Apesp, José Damião de Lima Trindade.

ApMov – Qual a atual situação das PGEs pelo

Brasil?

Ronald Bicca – A situação melhorou bastante no último ano. Como disse anteriormente, viajamos para todos os Estados e analisamos as necessidades para uma ação efetiva, inclusive judicial, como ocorreu em Estados como o Amapá. Todavia, há retrocessos em situações muito isoladas, no caso, em um ou dois Estados, mas vamos agir duramente para reverter tais quadros, mesmo que quase inexistentes. Entretanto, estamos nos firmando como carreira de Estado essencial à Justiça, inclusive com tratamento adequado já efetivado em mais da metade dos Estados e com perspectiva de quase a totalidade até o final do ano. Daí em diante, concentraremos forças nos últimos redutos de corrupção que não desejam um efetivo controle da legalidade, com ações judiciais de improbidade, ADIs, MS e outras.

ApMov – O processo eleitoral aconteceu com a apresentação de chapa única. Isso reflete o respaldo que a atual direção da Anape encontra nos procuradores do Estado?

Ronald Bicca – Acredito que sim, pois na nossa primeira eleição a composição da chapa não foi tão tranquila como agora. Creio que o respaldo dos filiados e a acolhida que recebemos nos Estados foi uma sinalização para os poucos descontentes de que os procuradores de todo o Brasil aprovaram o processo de construção de uma entidade que era antes quase inexistente devido à total falta de estrutura, apesar dos bravos presidentes que a dirigiram e iniciaram a jornada.

ApMov – Quais os avanços conseguidos pela Anape nos últimos anos?

Ronald Bicca – Um exemplo foi o avanço na discussão da questão da necessidade de nossa autonomia, que se encontra em todo o Brasil e que foi fruto de entrevistas, viagens, interposição de ADIs etc. No caso das ADIs levamos a discussão da nossa carreira para o STF, que nos garantiu, inclusive a Constitucionalidade do foro privilegiado, que é importante na medida que os promotores e juízes os possuem. Ainda há o caso da reunião pela Anape dos procuradores de todo o Brasil para aprovação do subteto do Judiciário, onde os colegas de todos os Estados procuraram e influenciaram os respectivos parlamentares. Impedimos a terceirização da cobrança da dívida ativa dos Estados e obrigamos ainda, via



judicial, que o último Estado que não havia PGE composta de concursados realizasse concurso, no caso do Amapá, dentre várias outras atividades. É bom frisar que no site www.anape.org.br, na parte de notícias, constam todas as nossas atividades desde a posse, que, impressas remontam a mais de 500 páginas somente com notícias próprias de ações da Associação. Para finalizar, faço um apelo aos colegas que se filiem à Anape e que recolham a anuidade, que

é a menor do Brasil, pois estamos com uma inadimplência na casa dos 50%, apesar do grande esforço que fazemos para eliminá-la. Friso que quando assumimos a inadimplência estava na casa dos 80% e a nova realidade da entidade não permite tal situação. Hoje somos a maior entidade de advocacia pública do Brasil. Não dá mais para brincar, sob pena de nos terceirizarem e nos aviltarem. Os interesses em jogo são muito poderosos e chegam a casa dos bilhões.

Conheça a composição da nova diretoria

Conheça a composição da nova diretoria

Presidente: Ronald Christian Alves Bicca (GO)

1º Vice-presidente: Juliano Dossena (SC)

2º Vice-presidente: José Damião de Lima Trindade (SP)

Vice-presidente Sul: Fabiana Azevedo da Cunha (RS)

Vice-presidente Sudeste: Sílvio Mello (RJ)

Vice-presidente Norte: Sérgio Rodrigo do Valle (TO)

Vice-presidente Nordeste: João Régis Nogueira Matias (CE)

Vice-presidente Centro-Oeste: Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral (MT)

Diretor Financeiro: Walter Rodrigues da Costa (GO)

Diretor Administrativo: Augusto de Oliveira Galvão Sobrinho (AL)

Diretor Social: Daniel Bueno Cateb (MG)

Diretora do Centro de Estudos: Valentina Jungmann Cintra Alla (GO)

Diretora de Comunicação: Vera Grace Paranaguá Cunha (PR)

Diretor de Convênios: Almir Hoffmann de Lara (PR)

Diretora de Relações Públicas: Ana Carolina Monte Procópio de Araújo (RN)

Diretor de Assuntos Legislativos: José Aloysio Cavalcante Campos (PA)

Conselho Deliberativo:

Presidente: Elias Lapenda Sobrinho (PE)

Vice-presidente: Francisco Malaquias de Almeida Júnior (AL)

Secretário-geral: Fernando César Caurim Zanelli (MS)

Secretário-geral adjunto: Christiano Dias Lopes Neto (ES)

Conselho Consultivo:

Presidente: Omar Coelho de Mello (AL)

Vice-presidente: Durval Ramos Neto (BA)

Secretário: Marcos Vinícius Witczak (DF)

Membros: Sávio Gonçalves (RO); Luciano Trindade (AC); Eugênia Freire (SE); Celso Barros Neto (PI); Marcelo de Sá Mendes (RR); Hélio Ferreira Rios (AP).

Conselho Fiscal:

Presidente: Francisco de Assis Camelo (PB)

Membros: Augusto Aristóteles Matões Brandão (MA); Alberto Bezerra de Melo (AM)

EXPEDIENTE

Informe da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo - APESP. Veja o *Apesp em Movimento* pela internet:

www.apesp.org.br - E-mail: apesp@apesp.org.br

Redação: R. Líbero Badaró, 377, 09º andar, cj. 901/906 - CEP 01009-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3293-0800